

## Relato da 2.<sup>a</sup> Reunião Plenária da Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais (PARF)

### Síntese da Reunião

No dia 15 de maio de 2015, pelas 15 horas, foi realizada a 2.<sup>a</sup> reunião plenária da Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais (PARF), nas instalações do Ministério da Economia, que teve como principais objetivos:

1. Proceder à aprovação do plano de atividades para 2015;
2. Iniciar a discussão sobre o tema “Transparência – Índice de preços: sistema de preços nas fileiras florestais;
3. Discutir as propostas de atuação para a avaliação dos sistemas de preços disponíveis.

### Registo da Reunião

- **Intervenção inicial do Senhor Secretário de Estado e Adjunto da Economia (SEAE)**

A reunião foi aberta pelo SEAE, que apresentou uma análise enquadradora do sector florestal, referindo-se designadamente ao seu potencial estratégico; à sua importância económica para Portugal, com evidência a indicadores de suporte, e aos seus desafios e visão para o futuro. Realce-se, também, na intervenção do SEAE, o destaque dado sobre o contributo da fileira florestal para a economia circular e para o fomento do autoconsumo de energia, com ganhos efetivos de competitividade, resultado do aproveitamento da biomassa florestal para efeitos energéticos.

Seguidamente, o SEAE identificou os temas a serem tratados na reunião:

- a) Plano de atividades;
- b) Sistema de preços;
- c) Outros assuntos.

- **Intervenção inicial do Senhor Secretário de Estado da Agricultura (SEA)**

O Senhor SEA fez uma pequena introdução sobre os trabalhos previstos para a reunião, ressaltando que dois dos temas da PARCA e da PARF se encontram alinhados, em concreto a transparência de preços e o equilíbrio.

De seguida, introduziu a apresentação efetuada pela DGAE.

- **Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)**

A DGAE fez uma breve apresentação do plano de atividades da PARF para 2015.

Neste contexto, colocou à consideração dos presentes que, tendo em conta os temas mais votados no inquérito realizado aos representantes da PARF, as atividades para as próximas reuniões são:

- 1º - Transparência – observatório de preços;
- 2º - Equilíbrio- otimização das relações entre os agentes das fileiras florestais;
- 3º - Balanço de atividade.

Ainda sobre o plano de atividades, a DGAE realçou que a referida planificação integra as atividades até junho de 2016.

- **Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)**

O ICNF explicou a apresentação que preparou com o GPP, relativa a sistemas de preços nas fileiras florestais – Benchmarking e situação portuguesa, terminando com a proposta de trabalho futuro – criação de um projeto-piloto, contendo as seguintes fases:

- 1.ª fase: Organizar a informação existente sobre cotações dos produtos florestais e avaliar as necessidades de informação adicional
- 2.ª fase: Identificar as funcionalidades e opções metodológicas na criação do sistema de cotações dos produtos florestais
- 3.ª fase: Avaliar e delinear os termos de envolvimento dos agentes das fileiras florestais e de outros intervenientes – Estratégia e modelos de recolha
- 4.ª fase: Conceber as condições técnicas e financeiras para o desenvolvimento do sistema de cotações de produtos florestais a disponibilizar em plataforma digital

O ICNF propôs ainda a seguinte estratégia:

1. Disponibilizar a informação de preços resultante da atividade do Estado (ICNF);
2. Coligir e tratar a informação de preços na produção decorrentes da atividade do sector privado (ICNF, OPF e outros agentes);
3. Coligir e tratar a informação dos preços na indústria (DGAE).

Como métodos de recolha de informação sobre preços, o ICNF propôs que os mesmos tenham, ou carácter voluntário ou carácter compulsivo.

- **Senhor Secretário de Estado e Adjunto da Economia (SEAE)**

Após a apresentação sobre o sistema de preços, o SEAE questionou o ICNF sobre qual a solução de métodos de recolha de informação que lhe parecia mais adequada, se voluntários ou compulsivos. O ICNF referiu que, numa primeira fase, poderia ser considerado o sistema voluntário, tendo referenciado a existência de um conjunto de obrigações legais (caso dos manifestos) que podiam ser acompanhadas de uma informação adicional e voluntária, relativa ao preço.

- **Senhor Secretário de Estados da Agricultura (SEA)**

O SEA introduziu o debate, propondo dar a volta à mesa, essencialmente, sobre as seguintes questões:

- Que tipo de informação é necessário, e de que forma pode ser recolhida;
- Se a informação que já existe pode ser utilizada e como pode ser tratada.

- **ANEFA**

A ANEFA referiu que a informação sobre preços é importante, pelo que disse não compreender a razão pela qual, após seis meses dos trabalhos concluídos, no âmbito da Comissão de Acompanhamento para as Operações Florestais (CAOF), as tabelas relativas aos custos das operações de exploração florestal e das operações de arborizações ainda não se encontram homologadas. Consideram esta informação importante para os trabalhos de formação de preços da madeira.

Informou ainda ter acesso aos preços, à porta da fábrica, com alguma facilidade.

- **APCOR**

A APCOR referiu que, na perspetiva da indústria da cortiça, a informação sobre preços e quantidades é muito importante sendo que, quer a indústria, quer a produção têm muita necessidade dessa informação.

Esta associação reforçou a importância do estudo desenvolvido pela da Autoridade da Concorrência, no âmbito da análise do setor e da fileira da cortiça.

A APCOR mais referiu não ter acesso à informação institucionalizada dos preços, consultando os associados com dimensão para obtê-la.

No que diz respeito à forma da recolha de informação, a APCOR deu o exemplo do manifesto de produção suberícola, que apesar de ter carácter obrigatório, não gera informação representativa, na medida em que apenas alguns produtores remetem os respetivos manifestos. Consideram, preferível a criação de mecanismos de incentivo ao reporte, que não onerem as empresas.

Por fim, a APCOR referiu a importância no envolvimento do Instituto Nacional de Estatística (INE), sendo este o organismo que promove inquéritos às indústrias

- **Senhor Secretário de Estado e Adjunto da Economia (SEAE)**

A propósito da intervenção da APCOR, o SEAE referiu que é preocupação do Governo resolver a excessiva oneração dos agentes económicos, pela múltipla necessidade de prestar informação ao Estado, criando custos de contexto que prejudicam a competitividade das empresas.

- **AIFF**

A AIFF referiu a importância deste tipo de informação. No entanto considera essencial, dado que se trata de informação estatística, que a mesma seja produzida e disponibilizada pelo INE, ou por um órgão delegado do INE, envolvendo-o no processo.

Esta associação mais referiu que, considera que a forma de recolha de informação a adotar deve ser a compulsiva.

- **Centro Pinus**

O Centro Pinus concordou com a proposta da AIFF, e entende que o INE tem de ser envolvido no processo.

O Centro Pinus referiu que, dos temas incluídos no inquérito realizado aos representantes da PARF, colocou em primeiro lugar as políticas de competitividade, dado o impacto da política energética na fileira do pinho.

- **CIP**

A CIP referiu que concorda com as intervenções anteriores, na medida em que o INE detém informação relevante e de qualidade, devendo ser envolvido no processo.

A CIP mais referiu a elevada quantidade de obrigações para as empresas, pelo que o Estado deve solucionar esta situação.

No que diz respeito à forma de recolha de informação, a CIP considera que inicialmente deve ter um carácter voluntário. .

- **CONFAGRI**

A CONFAGRI referiu a relevância no envolvimento do INE, pela informação que este detém e de outros organismos públicos, preferindo o modelo voluntário.

- **CAP**

A CAP referiu que não possui informação sobre preços, entendendo que é importante criar uma plataforma, que congregue informação credível, facilmente auditável, recolhida ao longo de toda a fileira. Mais referiu o que o processo deve ser conduzido de forma faseada e inicialmente de forma voluntária aproveitando-se os instrumentos que já existiram. Neste contexto, a CAP mencionou que o SICOP apesar de não funcionar totalmente bem podia ser aproveitado, tal como outros instrumentos.

- **CNA**

A CNA mencionou que é importante que a informação relativa aos preços seja disponibilizada, dando o exemplo dos pequenos produtores, que estão dependentes de intermediários.

- **FORESTIS**

A FORESTIS referiu a grande necessidade desta informação por parte da produção, comercialização e indústria, pelo que considera que o envolvimento do INE no processo é muito importante para a credibilidade do mesmo. Considerou que esta informação poderá auxiliar na viabilização de agrupamentos de produtores florestais.

- **FNAPF**

A FNAPF considerou que é importante a existência de informação, atual e rigorosa e que a informação sobre a formação de preços deve ser obtida ao longo de toda a cadeia.

Referiu que a obtenção de informação através dos manifestos é pouco rigorosa dado que o mesmo é feito em base de estimativa, pelo que deveria ser acrescentada a informação relativa ao talão de pesagem na fábrica, assim como o preço.

- **CCP**

A CCP referiu que concorda com todas as exposições anteriores.

Em termos metodológicos, a CCP propôs o seguinte:

- Reflexão sobre que tipo de informação se pretende e com que periodicidade;
- Abordar o INE para verificar a informação que existe, e a que será ainda necessária e quais os meios que o INE dispõe.

- **AIMMP**

A AIMMP referiu que a informação deve ser obtida através do INE

A AIMMP referiu ainda que a indústria que representa possui muita informação, que já permite ser trabalhada para a obtenção de respostas. No entanto o envolvimento do INE no processo é importante, na medida em que existe uma diversidade de preços muito grande, e por isso é difícil recolher informação de qualidade, e que existem muitas formas de interpretar a informação, o que promove a distorção.

Referiu também que a obrigatoriedade no reporte de informação adicional onera excessivamente as empresas e as associações, designadamente quanto aos custos de contexto.

- **CELPA**

A CELPA referiu que discorda ligeiramente das intervenções anteriores.

Esta associação considera que o INE é vital para a agregação da informação, no entanto deve tentar-se adaptar e

melhorar o que já existe de modo a dar resposta ao pretendido.

Como tal, a CELPA referiu ainda que o INE deve, por isso, estar envolvido no processo e que a recuperação de algo como o SICOP, sistema descontinuado em 2006, seria uma boa opção.

A fileira do eucalipto será mais fácil de organizar uma vez que mais de 95% da produção nacional tem como destino a indústria nacional de papel e cerca de 15 % da produção nacional do pinho tem o mesmo destino.

Por fim, a CELPA informou que, com base na informação existente nesta associação, mais de 50% dos custos são de exploração e transporte.

- **Intervenção final do Senhor Secretário de Estado da Agricultura (SEA)**

No final da reunião, o SEA tomou a palavra, tendo concluído o seguinte:

1. A informação é fundamental;
2. É necessário identificar e consolidar a informação existente (ICNF, manifestos, INE, etc.) o que deve ser feito pelo ICNF, DGAE, e INE;
3. É necessário identificar a informação que se encontra em falta, de forma voluntária e não compulsiva;
4. A recolha de informação deve abranger toda a fileira;
5. Deve ser criado um grupo de trabalho técnico (ICNF, DGAE, GPP), para identificar o seguinte:
  - O que existe;
  - O que é necessário;
  - Como disponibilizar.

O referido grupo de trabalho deve apresentar resultados já na próxima reunião.

Por fim, o SEA lembrou a próxima reunião será no dia 26 de junho de 2015.

- **Intervenção final do Senhor Secretário de Estado e Adjunto da Economia (SEAE)**

O SEAE procedeu à conclusão da reunião e informou aos presentes que as apresentações, quer efetuadas pela DGAE, quer pelo ICNF irão ser disponibilizadas a todos os representantes na PARF.